

A REDUÇÃO DO EMPREGO FORMAL E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO¹

Simone Wajnman²
Ignez Helena O. Perpétuo²

O crescimento histórico dos níveis e tendências de participação feminina no mercado de trabalho no Brasil é um fenômeno bastante conhecido (Paiva, 1986; Wajnman, 1991; Rios-Neto, Wajnman, 1997). De fato, se até a década de setenta, a taxa de participação das mulheres não ultrapassou o patamar dos 20,0%, nos anos noventa, esta taxa superou os 40,0% e tende a continuar crescendo. Menos conhecida, mas bem documentada também, é a tendência que se observa recentemente de mudança paulatina no padrão etário da atividade feminina. Conforme revelam os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), este padrão, que se manteve relativamente inalterado na década setenta e início da década de oitenta, começa a sofrer modificação a partir de meados dos anos oitenta, o que se consolida nos anos noventa. Tal modificação, dá-se no sentido do crescimento mais intenso das taxas de atividade nas idades mais maduras, com o que o pico à esquerda do padrão tipicamente unimodal da curva de atividade por idade, lentamente, vai se deslocando para as idades mais avançadas (Costa, 1990; Rios-Neto, Wajnman, 1994; Wajnman, 1997). As tentativas de se estabelecer os determinantes dos processos de crescimento e mudança de padrão da atividade feminina tendem a focar tanto as mudanças demográficas quanto as de caráter sócio-econômicas e culturais, que estariam alterando padrões de comportamento das mulheres casadas e com filhos, no sentido da maior compatibilização das atividades domésticas com as atividades de mercado. Além dos fatores conjunturais, que identificam a atividade feminina com estratégias de proteção da renda familiar, mas que não explicam uma tendência de mais longo prazo; o processo de urbanização, a queda da fecundidade, a escolarização feminina, mudanças nos arranjos familiares, bem como nos esquemas de cuidados domésticos, são frequentemente citados na literatura.

1 As autoras agradecem à assistente de pesquisa Márcia de Figueiredo, pela elaboração dos gráficos e tabelas.

2 Departamento de Demografia da UFMG/CEDEPLAR.

Uma forma menos usual de abordar o crescimento da participação feminina é identificar, no crescimento da informalidade que se verifica no mundo do trabalho, a ampliação do espaço para a atividade feminina, dada a notória associação entre o trabalho das mulheres e as formas de inserção menos convencionais. Assim, as mudanças no perfil do trabalhador requisitado pelo mercado poderiam, eventualmente, estar favorecendo a demanda por mulheres, à medida que abre espaço para um perfil de trabalho mais flexível, mais intermitente, marcado por jornadas mais curtas e, claramente, mais terciarizado³. Essa associação pode estar propiciando, senão o crescimento, pelo menos a manutenção dos níveis de atividade feminina no Brasil na década de noventa, quando a participação masculina vem apresentado declínio. Note-se que, de fato, enquanto a taxa de atividade masculina metropolitana, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), decresceu de 79,8% em 1991, para 76,6% em 1995, a taxa feminina manteve-se estabilizada no patamar dos 44%⁴.

Contudo, antes de verificar a hipótese do crescimento da participação das mulheres corroborado pelo processo de informalização é preciso estabelecer o papel das atividades informais nas ocupações femininas, além de determinar o crescimento da participação das mulheres no emprego informal. Uma vez que não faz parte da literatura sobre a atividade feminina no Brasil uma boa documentação sobre a dinâmica dos empregos formal e informal, este trabalho se propõe a examinar esta interrelação, sob a ótica da decomposição da estrutura ocupacional das mulheres na década de noventa.

Para tanto, na primeira parte do trabalho, essencialmente descritiva, utilizam-se os dados das PNADs de 1992 e 1995, para assinalar a evolução da participação feminina em atividades não-agrícolas no Brasil segundo sua estrutura ocupacional, mensurando o papel da informalidade definida pelo critério das posições na ocupação. Assim, nas primeiras seções, a estrutura ocupacional feminina é analisada segundo:

- i) sua evolução entre os anos enfocados e os diferenciais regionais mais marcantes;

3 Tem-se procurado demonstrar que a ausência de vínculos formais atinge proporcionalmente mais mulheres do que homens. A taxa de informalidade das mulheres, concebida como a proporção de trabalhadores conta-própria e empregados sem carteira sobre a população ocupada, foi estimada em 45,9% em 1990 e 54,2% em 1993, enquanto que para os homens, as taxas no período foram de 39,1% e 44,6% (Lavinas, Barsted, 1996, p. 552).

4 Segundo dados da PNAD, a taxa de atividade feminina ainda cresceu 1,9% entre 1992 e 1995.

- ii) os nexos entre atividade, informalidade e ciclo de vida, que permitem apontar as etapas mais associadas às diferentes formas de inserção na ocupação;
- iii) o corte setorial;
- iv) os diferenciais de rendimentos entre as posições na ocupação.

Na segunda parte do trabalho (última seção), procura-se mensurar o papel relativo de fatores que supostamente condicionam a informalidade feminina, através de uma abordagem de probabilidades de uma mulher ter um vínculo informal de trabalho dado um conjunto de diversas características.

1 ESTRUTURA OCUPACIONAL FEMININA

As posições na ocupação têm sido freqüentemente utilizadas na literatura como conceitos operacionais que permitem uma distinção, ainda que precária, entre os segmentos formal e informal da população ocupada. É comum considerar-se que os trabalhadores informais compreendem as categorias de posição na ocupação de empregados sem carteira, conta-própria e sem remuneração. Entretanto, devido ao alto grau de heterogeneidade das categorias envolvidas e os diferentes processos de formação de renda a que estão sujeitas, alguns autores consideram que tal classificação encerra uma combinação confusa de conceitos alternativos na qual se mistura a noção de informalidade como a não submissão à legislação trabalhista (caso dos empregados sem carteira) com a concepção da não separação entre capital e trabalho (caso dos conta-própria). Por outro lado, uma definição conceitualmente mais adequada envolveria o cruzamento de informações quanto a posições na ocupação, ramos de atividade e rendimentos, além de informações provenientes de pesquisas de estabelecimentos, o que gera dificuldades de ordem prática na mensuração dos segmentos (Camargo, 1989; Cacciamalli, 1991). Assim, neste trabalho, as posições na ocupação são consideradas como formas distintas de inserção da população ocupada no mercado de trabalho, com ênfase nas posições que representam os três segmentos do mercado de trabalho brasileiro: os trabalhadores com carteira, sem carteira e conta-própria. O tratamento dessas categorias segue a classificação das ocupações segundo a reconceituação do trabalho definida nas PNADs da década de noventa. Nestas, a categoria de empregados passou a classificar, discriminadamente, os trabalhadores na produção e circulação de mercadorias e os trabalhadores domésticos assalariados (com ou sem posse de carteira de trabalho), além dos empregados públicos, estes tratando-se de uma categoria de trabalhadores sem carteira, porém com vínculos formais de trabalho.

Os dados da Tabela 1, que apresenta a estrutura ocupacional das mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas no Brasil, nos anos de 1992 e 1995, segundo as PNADs, evidenciam a redução do emprego formal ocorrida nos primeiros anos da década de noventa, caracterizada pela diminuição de quase 3 pontos percentuais na participação das empregadas com carteira, concomitante ao crescimento das demais posições. Chama-se a atenção para a especificidade da estrutura ocupacional feminina, que é marcada pela expressiva participação de domésticas (mais de 20% nos dois anos, comparativamente aos menos de 1% de domésticos masculinos), e também pela importância relativa das funcionárias públicas (superior a 11%, *vis-à-vis* aos 5% masculinos).

Tabela 1
MULHERES OCUPADAS EM ATIVIDADES
NÃO-AGRÍCOLAS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL – 1992/1995

Posição na ocupação	1992		1995	
	número	%	número	%
Empregada com carteira	6.005.703	31,52	6.152.811	28,64
Empregada sem carteira	2.084.414	10,94	2.416.962	11,25
Doméstica com carteira	670.542	3,52	849.598	3,95
Doméstica sem carteira	3.424.286	17,97	3.931.045	18,30
Conta-própria	3.406.383	17,88	4.021.309	18,72
Funcionária pública	2.123.240	11,14	2.526.425	11,76
Empregadoras	360.970	1,89	502.075	2,34
Não-remuneradas	980.657	5,15	1.085.002	5,05
Total	19.056.195	100,00	21.485.227	100,00

Fonte: PNAD – 1992 e 1995.

De fato, estes números são médias que encerram grandes diferenças regionais, as quais podem ser ilustradas através dos dados da Tabela 2, que comparam a estrutura ocupacional do Sudeste com a do Nordeste⁵. Como

5 As regiões Sudeste e Nordeste representam bem as diferenças regionais, já que no extremo inferior está o Nordeste, junto com o Norte, ambos com uma proporção de 37,5% de empregadas com carteira na estrutura ocupacional feminina, estando o Sudeste, junto com o Sul, no extremo superior, com proporções de 61% e 64%, respectivamente.

se verifica, em ambos os anos, as mulheres nordestinas estão sub-representadas nas posições com carteira de trabalho (tanto empregadas quanto domésticas), como contrapartida de seu maior peso nas posições sem carteira, do funcionalismo público, nas ocupações não-remuneradas, empregadores e, sobretudo, na posição de conta-própria, esta última a posição dominante no Nordeste. Do ponto de vista das alterações na década, embora a tendência básica tenha sido a mesma, algumas particularidades devem ser notadas: em primeiro lugar, que o importante crescimento da participação das conta-própria ocorrido no Sudeste (e no País como um todo) não foi acompanhado pelo Nordeste; em segundo lugar, que, enquanto no Sudeste, as funcionárias públicas perderam peso relativo, no Nordeste, esta posição continuou crescendo; e, em terceiro lugar, que o crescimento da participação de empregadoras no país foi fortemente determinado pelo incremento desta forma de ocupação no Nordeste.

Tabela 2

**DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS MULHERES OCUPADAS
EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÕES NORDESTE E SUDESTE
1992/1995**

Posição na ocupação	Sudeste		Nordeste	
	1992	1995	1992	1995
Empregada com carteira	35,97	33,37	22,08	18,09
Empregada sem carteira	9,77	10,12	13,56	13,83
Doméstica com carteira	4,75	5,10	1,39	1,79
Doméstica sem carteira	16,72	17,21	19,01	19,71
Conta-própria	15,88	17,34	23,52	23,06
Funcionária pública	11,07	10,76	11,61	13,01
Empregadoras	2,16	2,45	1,13	3,46
Não-remuneradas	3,68	3,65	7,71	7,05
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
N	9.163.804	10.451.431	4.546.874	5.156.330

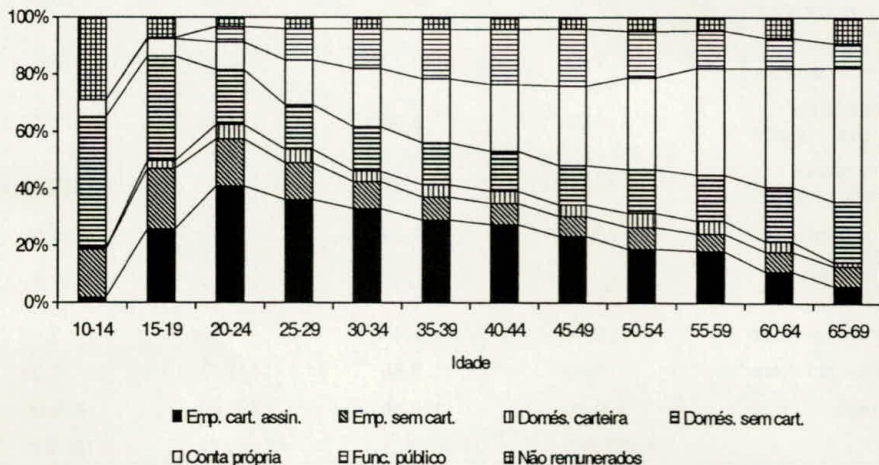
Fonte: PNAD - 1992 e 1995.

Nas seções seguintes, as posições na ocupação são consideradas segundo o corte por idade e a estrutura de rendimentos médios, o que permite a inferência de alguns aspectos quanto à dinâmica destes mercados.

2 ESTRUTURA OCUPACIONAL NA PERSPECTIVA DE CICLO DE VIDA

O corte ocupacional por idade é útil para indicar, ainda que indiretamente, as possíveis transições efetuadas ao longo do ciclo vital das trabalhadoras. O Gráfico 1, relativo a 1995⁶, é bastante elucidativo nesse sentido. Como se constata, nas idades muito jovens, a predominância é de trabalhadoras sem carteira, sobretudo domésticas. Observa-se também que, no grupo 10-14 anos, o peso relativo das sem-remuneração é muito expressivo. À medida que se desloca na estrutura etária em direção às idades mais velhas cresce a importância relativa das trabalhadoras com carteira, especialmente as empregadas, já que as domésticas com carteira são relativamente muito poucas. Esse crescimento, porém, é bastante limitado, alcançando o máximo no grupo de 20-24 anos. A partir daí, a posição que mais cresce em importância é a das conta-própria, que têm, a cada faixa etária, maior peso relativo. O perfil das funcionárias públicas obedece a um padrão semelhante ao das empregadas com carteira, embora, no primeiro caso, a idade de maior concentração seja mais elevada – em torno de 40 anos.

Gráfico 1
ESTRUTURA DA MULHERES EM ATIVIDADES
NÃO-AGRÍCOLAS POR FAIXA ETÁRIA
BRASIL - 1995



Fonte: PNAD - 1995.

6 Não há diferenças significativas entre as estruturas ocupacionais por idade de 1992 e 1995.

Ressalte-se que esse padrão ocupacional por idade não é substancialmente diferente do observado para os homens no Brasil. De fato, a maior incidência de trabalhadores sem carteira e sem remuneração nas primeiras idades, o crescimento paulatino da participação de trabalhadores com carteira até as idades médias da distribuição e a importância relativa cada vez maior dos conta-própria já estão bastante bem documentados, embora os estudos sobre esse padrão restrinjam-se à década de oitenta, que apresentou níveis de informalidade bem menores do que esta década (Rios-Neto, Ramos, Wajnman, 1993; Wajnman, 1996). O que parece diferenciar o padrão feminino do masculino é que:

- i) no caso dos homens, a ocupação sem remuneração não ultrapassa os 30 anos de idade, ao contrário das mulheres que participam nessa posição ao longo de todas as faixas etárias, embora parte dessa evidência possa ser atribuída à diferença metodológica introduzida nas PNADs da década de noventa onde a atividade sem remuneração ganha maior destaque⁷;
- ii) as proporções de trabalhadores com carteira são maiores para os homens em todas as idades;
- iii) as proporções de sem carteira são muito mais elevadas para as mulheres, sobretudo nas idades muito jovens (até 20 anos), nas quais há o claro predomínio da ocupação como doméstica sem carteira.

De toda forma, o perfil de ocupação por idade dá indicações da mobilidade através do ciclo de vida das trabalhadoras, embora não tenhamos nenhuma informação sobre as verdadeiras transições efetuadas pelas ocupadas nas diversas idades, uma vez que estamos lidando com informações de estoque. Em outras palavras, não podemos saber, através desse tipo de dados, qual é a proporção e quais são as mulheres que deixam, por exemplo, a posição de empregada sem carteira para se tornarem uma empregada com carteira, ou quantas são as que, mais tarde, deixam uma posição assalariada para se

7 Dentre as alterações da PNAD dos anos noventa que ampliam o conceito de trabalho (Bruschini, Lombardi, 1996), o trabalho não-remunerado passou a ser considerado algum trabalho com pelo menos 1 hora de trabalho por semana” e não mais 15 horas, como anteriormente. Além disso, passaram a ser considerados os trabalhadores não-remunerados trabalhando para instituições religiosas ou beneficentes, os aprendizes e estagiários. Note-se, entretanto, que essa ampliação, apesar de afetar mais mulheres do que homens, teve muito mais impacto no meio rural do que no urbano.

tornar uma conta-própria, se é que estas transições de fato ocorrem. Em suma, não sabemos qual é o grau de rotatividade de cada uma das posições. Possivelmente, as trabalhadoras que entram mais tarde no mercado de trabalho e com maior grau de escolaridade têm maiores chances de ocupar uma posição com carteira do que aquelas que entraram muito cedo. O crescimento da importância relativa das conta-própria, por outro lado, tanto pode significar que entradas mais tardias são mais propícias de ocorrer nesta posição, quanto expressar transições com origem em outras posições. Só o exame de informações de fluxo pode esclarecer adequadamente questões desse tipo. Alternativamente, um modelo de determinação das probabilidades de se ocupar cada uma das posições, incluindo a idade da entrada no mercado de trabalho como variável independente, como o que se apresenta na última seção deste trabalho, também fornece algumas indicações.

3 MUDANÇAS ENTRE COORTES DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO

O perfil ocupacional por idade dá indicações sobre a mobilidade de ciclo de vida das ocupadas, mas nada informa quanto às modificações ocorridas através do tempo. Desse modo, apesar de conhecermos a mudança da estrutura ocupacional entre 1992 e 1995, não sabemos se o aumento da importância relativa dos conta-própria e sem carteira deu-se porque se intensificaram as transições de outras posições para estas ou se as novas entradas no mercado de trabalho ocorreram preferencialmente nestas posições. Os dados da Tabela 3 e respectivos gráficos respondem parcialmente a esta questão. O **tempo de vida ativa** é uma variável criada através da subtração da idade da primeiro trabalho à idade corrente das mulheres. Com isso, tem-se o número anos de entrada no mercado de trabalho, em 1995, o que identifica, aproximadamente, a data do ingresso. Para impor algum controle sobre a idade, o que é necessário pois, como se viu, esta define fortemente a estrutura ocupacional, utilizou-se apenas o segmento das mulheres de 20-29 anos.

Tabela 3

**ESTRUTURA OCUPACIONAL DAS MULHERES OCUPADAS
 DE 20 A 29 ANOS POR TEMPO DE VIDA ATIVA
 BRASIL - 1995**

Tempo de vida ativa	0	1	2	3	4	5
Empregada com carteira	33,10	45,30	45,40	46,80	49,00	44,90
Empregada sem carteira	25,20	24,20	21,30	19,30	18,40	17,80
Doméstica com carteira	2,20	1,80	3,00	1,30	2,90	3,70
Doméstica sem carteira	12,00	9,90	8,80	9,30	9,20	13,50
Conta-própria	11,10	8,20	7,00	10,30	8,00	8,00
Funcionária pública	6,90	7,60	9,10	9,70	9,80	8,60

Fonte: PNAD - 1995.

ESTRUTURA OCUPACIONAL
 POR TEMPO DE VIDA EM 1995
 EMPREGADA SEM CARTEIRA



ESTRUTURA OCUPACIONAL
 POR TEMPO DE VIDA EM 1995
 CONTA-PRÓPRIA



ESTRUTURA OCUPACIONAL
 POR TEMPO DE VIDA EM 1995
 EMPREGADA COM CARTEIRA



ESTRUTURA OCUPACIONAL
 POR TEMPO DE VIDA EM 1995
 FUNCIONÁRIA PÚBLICA



Verifica-se, assim, que à medida que se distancia do ano de 1995 (0 anos de vida ativa), diminui a proporção de mulheres nas posições sem carteira e conta-própria, em detrimento das demais. Em outras palavras, entre as mulheres mais recentemente ingressas no mercado de trabalho, há uma maior proporção de sem carteira do que entre as mulheres ingressas mais no início da década. Da mesma forma, a proporção de conta-própria também cresce, à medida que se desloca de mulheres com mais tempo de vida ativa para mulheres com menos tempo. Inversamente, a proporção de empregadas com carteira diminui conforme se aproxima dos anos mais recentes. Note-se, também, a tendência de diminuição da proporção de funcionárias públicas entre as mulheres com menor tempo de vida ativa.

4 ESTRUTURA OCUPACIONAL E DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

Nesta seção, a mudança na estrutura ocupacional ocorrida entre 1992 e 1995 é decomposta nas alterações na estrutura setorial do trabalho feminino. As Tabelas 4 e 5 complementam-se, mostrando como o crescimento da participação relativa das mulheres nas posições sem carteira e conta-própria é uma combinação da expansão dos setores de atividade tipicamente informais com a generalização do processo de informalização em todos os setores de atividade. Assim, além da diminuição do tamanho relativo do emprego na indústria – reduto da relação assalariada e legalizada de trabalho – a redução da participação de empregadas com carteira ocorreu em todos os setores de atividade (exceto no de transportes e comunicação, de resto pouco importante na estrutura setorial feminina). Por outro lado, cresceu a ocupação no comércio e na prestação de serviços (onde predominam os conta-própria e as domésticas sem carteira), ao mesmo tempo em que, nestes setores, aumentou o peso relativo das posições sem carteira e conta-própria. Quanto às empregadas sem carteira, sua participação aumentou em todos os setores (exceto, novamente, no de transportes e comunicação), sobretudo no comércio e nas atividades sociais que, junto com a prestação de serviços totalizam quase 70% do emprego sem carteira.

Tabela 4
ESTRUTURA OCUPACIONAL POR SETOR DE ATIVIDADE
MULHERES OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS
POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL - 1992/1995

	Empregada com carteira		Empregada sem carteira		Doméstica com carteira		Doméstica sem carteira		Conta-própria		Funcionária pública		Total		N	
	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995
Indústria	70,09	67,51	17,77	18,57	0,00	0,00	0,00	0,00	10,99	12,62	1,15	1,30	100,00	100,00	2.296.829	2.305.351
Comércio	41,46	39,32	15,87	18,68	0,00	0,00	0,00	0,00	42,62	44,88	0,05	0,12	100,00	100,00	2.341.403	2.884.006
Prestação de serviços	8,13	8,15	5,60	5,71	9,79	10,82	49,98	50,06	26,43	25,20	0,07	0,07	100,00	100,00	6.851.639	7.853.093
Serviços aux. atv. ec.	58,20	51,48	18,27	20,42	0,00	0,00	0,00	0,00	22,03	26,60	1,51	1,51	100,00	100,00	587.464	739.019
Transportes e comunicação	75,47	80,47	11,78	10,06	0,00	0,00	0,00	0,00	5,16	2,90	7,59	6,57	100,00	100,00	190.363	204.434
Atividades sociais	41,78	38,61	15,26	16,04	0,00	0,00	0,00	0,00	4,36	5,00	38,59	40,36	100,00	100,00	4.003.833	4.402.913
Administração pública	33,85	23,04	13,42	14,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,08	52,70	61,93	100,00	100,00	940.344	1.062.587
Outras atividades	77,82	74,49	10,76	11,64	0,00	0,00	0,00	0,00	6,15	7,56	5,27	6,30	100,00	100,00	502.693	446.747
Total	33,90	30,92	11,77	12,15	3,79	4,27	19,33	19,76	19,23	20,21	11,99	12,70	100,00	100,00	17.714.568	19.898.150

Fonte: PNAD - 1992 e 1995.

Tabela 5
ESTRUTURA SETORIAL POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
MULHERES OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS
POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL - 1992/1995

	Empregada com carteira		Empregada sem carteira		Doméstica com carteira		Doméstica sem carteira		Conta-própria		Funcionária pública		Total	
	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995	1992	1995
Indústria	26,81	25,29	19,58	17,71	0,00	0,00	0,00	0,00	7,41	7,24	1,25	1,19	12,97	11,59
Comércio	16,16	18,43	17,82	18,71	0,00	0,00	0,00	0,00	29,30	32,19	0,05	0,14	13,22	14,49
Prestação de serviços	9,28	10,40	18,41	18,55	100,00	100,00	100,00	100,00	53,16	49,21	0,24	0,21	38,68	39,47
Serviços aux. atv.ec.	5,69	6,18	5,15	6,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3,80	4,89	0,42	0,44	3,32	3,71
Transportes e comunicação	2,39	2,67	1,08	0,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,15	0,68	0,53	1,07	1,03
Atividades sociais	27,85	27,63	29,32	29,21	0,00	0,00	0,00	0,00	5,13	5,47	72,78	70,33	22,60	22,13
Administração pública	5,30	3,98	6,05	6,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	23,34	26,05	5,31	5,34
Outras atividades	6,51	5,41	2,59	2,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,84	1,25	1,11	2,84	2,25
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
N	6005703	6152811	2084414	2412811	670542	849598	3424286	3931045	3406383	4021309	2123240	2526425	17714568	19898150

Fonte: PNAD - 1992 e 1995.

5 DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

As possíveis formas de mobilidade especuladas a partir dos perfis ocupacionais oferecem uma abordagem da segmentação entre as posições na ocupação no mercado de trabalho das mulheres. Outra perspectiva é avaliar os perfis de rendimentos segundo cada uma das posições, o que se procede nesta seção.

A Tabela 6 mostra, para 1992 e 1995, os rendimentos médios por posição na ocupação e os respectivos índices de Theil-L, medidas da desigualdade da distribuição de rendimentos intra-posições⁸. Conforme análises recentes sobre o impacto do Plano Real, tem-se procurado demonstrar que o rendimento médio total das mulheres cresceu, assim como a desigualdade diminuiu no período. Além disso, reduziu-se o diferencial de rendimentos entre as empregadas com carteira, sem carteira (o primeiro quase o dobro do segundo) e conta-própria (numa posição intermediária), já que o rendimento que menos cresceu foi o das com carteira. No extremo inferior da hierarquia, estão as domésticas – sobretudo as sem carteira, cuja participação é a relevante – com os menores rendimentos, homoganeamente distribuídos. Contudo, foi o rendimento das domésticas sem carteira o que mais cresceu, ao mesmo tempo em que se reduziu a desigualdade neste grupo. Aliás, a tendência de queda observada para a média da desigualdade só não se verificou entre as trabalhadoras com carteira e as funcionárias públicas. Ademais, observa-se que, em ambos os anos, a maior média de rendimentos, assim como uma das maiores desigualdades, é a das funcionárias públicas, o que corrobora as argumentações tanto sobre os privilégios do serviço público no Brasil, quanto sobre os baixíssimos salários de algumas das categorias do funcionalismo.

O ponto a ser destacado, porém, é que a redução do emprego formal dá-se tanto porque cresce a participação relativa dos setores preponderantemente informais, quanto porque os setores tipicamente formais reduzem a participação do emprego com carteira. Entretanto, aqui, como na seção anterior, não é possível estabelecer se a retração do emprego formal decorre de novas entradas nas outras posições ou se as mulheres que perderam seus empregos com carteira tendem a encontrar um novo posto de trabalho numa posição não-assalariada ou não-regulamentada.

8 O índice de Theil-L, segunda medida de desigualdade de Theil, é igual ao logaritmo da média aritmética subtraído o logaritmo da média geométrica dos rendimentos da distribuição. Assim como o índice de Gini, é construído segundo o princípio de que o seu valor deva ser igual a zero quando todos os indivíduos da distribuição possuem rendas idênticas e positivo quando a renda de dois ou mais indivíduos é diferente.

Tabela 6

RENDIMENTO MÉDIO (*) MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS
EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E ÍNDICE DE THEIL
SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1992/1995

Posição na ocupação	1992		1995	
	rendimento médio	Theil	rendimento médio	Theil
Empregada com carteira	344,77	0,343	362,76	0,346
Empregada sem carteira	165,57	0,451	205,38	0,424
Doméstica com carteira	155,71	0,080	159,18	0,103
Doméstica sem carteira	83,20	0,292	111,71	0,205
Conta-própria	205,86	0,699	283,85	0,646
Funcionária pública	435,29	0,396	506,68	0,427
Total	247,69	0,514	294,76	0,486

Fonte: PNAD - 1992 e 1995.

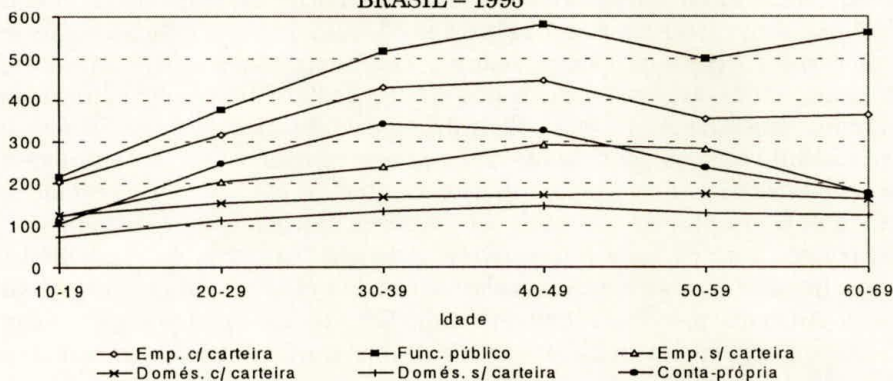
(*) Em reais de setembro de 1995.

O Gráfico 2 descreve os perfis etários de rendimentos segundo as posições na ocupação para 1995. Em primeiro lugar, chama a atenção o perfil de rendimentos das funcionárias públicas, para as quais, além dos rendimentos serem os mais elevados, o retorno da experiência, cuja idade é a melhor *proxy*, é o mais acentuado. Obviamente, neste caso, trata-se muito mais de tempo de permanência no serviço do que propriamente experiência, haja visto o pico de rendimento que se observa no grupo de idade coincidente com grande parte das aposentadorias, que expressam os valores percebidos por alguns poucos indivíduos em final de carreira pública. O maior retorno da experiência pode ser observado de fato, para as empregadas com carteira, seguidas pelas conta-própria e as empregadas sem carteira. No outro extremo, estão as domésticas com e sem carteira que, além dos menores rendimentos da estrutura ocupacional, não apresentam nenhuma espécie de ascensão do ponto de vista de seus rendimentos⁹.

9 Também neste caso, as afirmações feitas acima tratam-se apenas de suposições quanto ao ciclo vital de rendimentos. Apenas informações longitudinais permitiriam determinar o verdadeiro perfil da mobilidade de renda das trabalhadoras. É provável, por exemplo, que as domésticas hoje, no final de sua vida ativa, tenham percebido ao longo dos anos uma elevação de rendimentos não refletida pelos rendimentos atuais das domésticas mais jovens.

Gráfico 2

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL DAS MULHERES EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS POR FAIXA ETÁRIA BRASIL - 1995

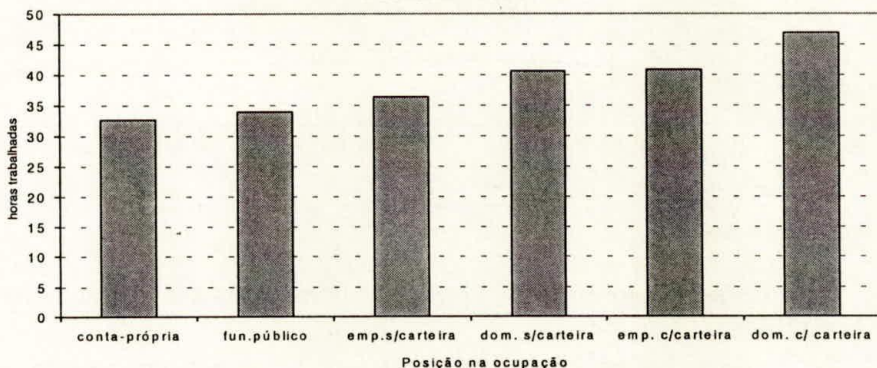


Fonte: PNAD - 1995.

A contrapartida das diferenças nas estruturas de rendimento está no perfil de horas trabalhadas por posição na ocupação. Através do Gráfico 3, verifica-se que são as conta-própria, as ocupadas com a menor média de horas trabalhadas, seguidas pelas funcionárias públicas, as sem carteira (empregadas e domésticas), as empregadas com carteira, e, finalmente, são as domésticas com carteira as que mais horas trabalham, com uma média quase 50% superior à das conta-própria.

Gráfico 3

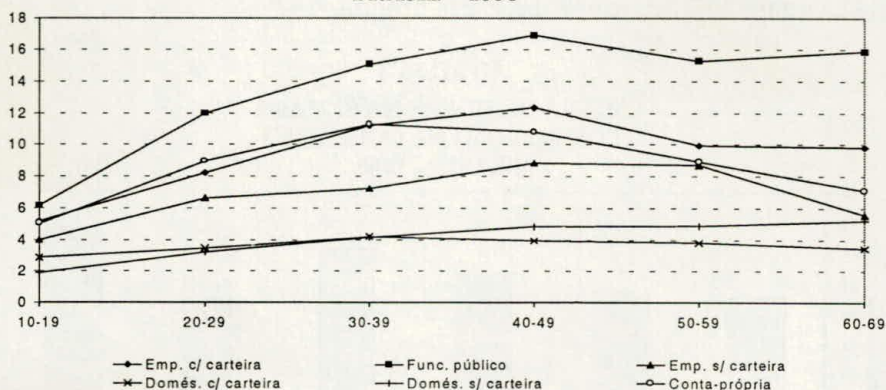
MÉDIA DE HORAS NA SEMANA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO BRASIL - 1995



Fonte: PNAD - 1995.

Por essa razão, quando se comparam os rendimentos padronizados por horas trabalhadas (razão entre os rendimentos e o número de horas trabalhadas), – Gráfico 4 – verifica-se, em primeiro lugar, que o hiato entre as funcionárias públicas e as demais ocupadas aprofunda-se. Em segundo lugar, constata-se que as relações entre os perfis de trabalhadoras com carteira, sem carteira e conta-própria se alteram. Por um lado, os perfis de com carteira e conta-própria passam a se confundir, com a vantagem salarial da posição com carteira sobre a conta-própria deixando de ser evidente, o que significa que uma menor carga de trabalho e a conseqüente possibilidade de compatibilização com outras atividades podem compensar rendimentos mensais menores. Por outro lado, torna-se muito mais óbvia a superioridade da curva de conta-própria sobre a de sem carteira, indicando que a desvantagem da posição sem carteira é inequívoca. Ademais, os perfis de rendimentos padronizados tornam a posição relativa das domésticas ainda mais desfavorável. Além dos menores rendimentos médios e da ausência de retornos com a idade, o argumento da contrapartida do menor número de horas trabalhadas, válido para as conta-própria, e em parte para as sem carteira, não se verifica neste caso, já que, padronizados pelo número de horas de trabalho, os rendimentos das domésticas são ainda mais baixos.

Gráfico 4
RENDIMENTO MÉDIO DAS MULHERES
NÃO-AGRÍCOLAS POR HORAS TRABALHADAS
SEGUNDO FAIXA ETÁRIA
BRASIL – 1995



Fonte: PNAD - 1995.

A seguir, examina-se o papel de alguns atributos das mulheres no Brasil:

- i) na probabilidade de uma ocupada ter ou não uma relação de trabalho assalariada;

- ii) na probabilidade de uma empregada ter ou não um vínculo formal de trabalho.

6 FATORES CONDICIONANTES DA INFORMALIDADE

As diferenças de composição por idade, de rendimentos médios e de horas trabalhadas entre as ocupações com carteira, sem carteira e conta-própria, determinadas nas seções anteriores, demonstram como as posições na ocupação exprimem mercados distintos, com motivações também distintas, o que se revela, de outra forma, pelo diferenciado grau de satisfação com relação à própria posição: segundo dados da PNAD de 1989, enquanto 65% dos empregados sem carteira declaram-se interessados em mudar para uma posição com carteira, apenas 36,5% dos conta-própria declaram essa disposição (Pero, Urani, 1993).

Para dar conta dessas diferenças, nesta seção, são propostos modelos alternativos para a determinação da probabilidade de uma mulher ter uma posição dita informal no mercado de trabalho não-agrícola no Brasil. Foram ajustados modelos de regressão logística, para um mesmo conjunto de variáveis explicativas, mas com **três variáveis dependentes** alternativas, que expressam formas diferenciadas de captar o segmento informal do mercado de trabalho:

- i) no primeiro caso, modela-se a probabilidade de uma mulher ocupada ter uma posição de conta-própria contra a situação em que ela tem uma relação de trabalho assalariada, ou seja, é uma empregada (inclusive doméstica) com ou sem a posse de carteira;
- ii) no segundo modelo, cuja variável dependente é a posse de carteira, o ajuste é para a probabilidade de uma mulher empregada não ter carteira de trabalho, contra a probabilidade de tê-la. Neste caso, o universo considerado é só o das empregadas, excluindo-se tanto as domésticas quanto as funcionárias públicas, uma vez que os determinantes destas duas últimas posições são bastante peculiares;
- iii) no terceiro caso, considerando-se apenas o universo das empregadas domésticas, modela-se a probabilidade de uma doméstica não ter a posse de carteira de trabalho. A inclusão deste último modelo, específico para as domésticas, justifica-se não só pela importância relativa desta posição entre as mulheres – 36% das assalariadas são domésticas –, como também pela particularidade de que é neste mercado que se

dá a menor prevalência de carteira – apenas 18% das domésticas têm carteira de trabalho.

As variáveis independentes consideradas em todos os modelos são:

- i) duas variáveis de atributos pessoais produtivos, usualmente encontradas na literatura sobre a heterogeneidade dos trabalhadores: a idade (IDADE), como uma *proxy* da experiência no mercado de trabalho e anos de estudo (ANESTUDO), ambas contínuas, – quanto à idade, sua clara interrelação com as posições na ocupação está descrita na segunda seção deste trabalho; o papel da escolaridade, por outro lado, tem sido citado na literatura como relevante para a determinação da informalidade;
- ii) uma variável de atributo pessoal não-produtivo associado à discriminação: a cor (COR), categorizada como brancas e não-brancas¹⁰, para a qual a literatura também sugere associação com a informalidade;
- iii) duas variáveis de relações familiares: a posição no domicílio (POSDOM), variável categórica dividida em chefe do domicílio (grupo de referência), cônjuge e filhas e a idade dos filhos (IDFIL7) categorizada em filhos de 0 a 6 anos, 7 e mais, ou nenhum filho – considera-se que essas relações devam significar constrangimentos para as mulheres em assumir vínculos mais formais ou mais intensos em trabalho¹¹;
- iv) duas variáveis adicionais: a idade em que a mulher começou a trabalhar (IDADTRAB), contínua, e se tem afazeres domésticos (AFAZERES), categorizada em sim e não, – supõe-se que ambas interfiram com o tipo de ocupação: como discutido anteriormente, entradas mais tardias no mercado de trabalho podem significar maiores chances de se ter uma carteira e a necessidade de conciliação do trabalho com as atividades domésticas pode impor vínculos de trabalho menos estreitos.

10 As mulheres que se declaram como “amarela” (0,6% do total das entrevistadas) foram incluídas na categoria branca e as indígenas (0,1%) na categoria não-branca.

11 A categorização dessa variável baseia-se na evidência de que mulheres com filhos menores de 7 anos têm uma taxa de atividade menor do que mulheres que não são mães ou que têm filhos maiores (Bruschini, 1995).

O Quadro 1 apresenta a saída da primeira das regressões¹², a que modela a probabilidade de ser conta-própria. Observa-se que todas as variáveis apresentam uma alta significância estatística (p-value < .002), exceto COR. Note-se, porém, que o cruzamento univariado entre COR e a variável de posições na ocupação indica que entre as não-brancas há um maior percentual de conta-própria do que entre as brancas. Entretanto, quando controlada pelas outras variáveis incluídas no modelo, essa interrelação mostrou-se não-significativa.

Quadro 1

ESTIMATIVAS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA A PROBABILIDADE DE SER CONTA-PRÓPRIA ENTRE MULHERES OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS BRASIL - 1995

	β	EP (β)	p-value	ODDS RATIO
INTERCEPTO	-3.3460	.1166	.0000	
COR = não-branca	.0284	.0280	.3110	1.0288
IDADE	.0427	.0016	.0003	1.0436
ANESTUDO	.0113	.0036	.0000	1.0113
POSDOM (chefe)			.0000	
POSDOM = cônjuge	.4097	.0346	.0000	1.5063
POSDOM = filha	-.2235	.0623	.0000	.7997
AFAZERES = sim	.3899	.0720	.0019	1.4769
IDADTRAB	-.0122	.0025	.0000	.9878
IDFIL7 = não tem			.0000	
IDFIL7 = 0-6 anos	.4590	.0515	.0000	1.5825
IDFIL7 = 7 e + anos	.3895	.0498	.0000	1.4762

Fonte: PNAD - 1995.

A partir das *odds ratio* (razão de chance) é possível interpretar as relações entre as variáveis deste modelo da seguinte forma:

- 1) a idade, como se esperava, tem uma relação positiva com a probabilidade de ser conta-própria: cada ano de vida aumenta 4,4% a probabilidade de uma mulher tornar-se conta-própria;

12 Utilizou-se o *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS for Windows v. 6.1), sendo os modelos ajustados avaliados através de dois tipos de testes. A probabilidade de significância do coeficiente estimado para cada variável foi avaliada através do Teste de Wald, e a significância de cada variável para o ajuste total do modelo através do Teste de Razão de Verossimilhança. As probabilidades estimadas reproduzem as probabilidades observadas em 74% dos casos no modelo CONTPROP, 66% no modelo POSCART e 82% no modelo DOMEST.

- 2) os anos de estudo guardam uma fraca relação positiva com a probabilidade de ser conta-própria, ou seja, cada ano de estudo aumenta 1,1% a chance de se estar nesta posição, com relação a ter um trabalho assalariado;
- 3) a posição no domicílio, altamente relevante para a determinação de ser conta-própria, mostra que ser cônjuge, em relação a ser chefe, aumenta 51% a probabilidade de ser conta-própria, enquanto que ser filha, também em relação a ser chefe, diminui 20% essa probabilidade. Esse resultado indica que ter uma posição no domicílio que implica uma maior sobrecarga de afazeres domésticos (geralmente a cônjuge) aumenta a probabilidade de uma relação mais informal com o mercado de trabalho, enquanto que com as filhas dá-se exatamente o inverso. Note-se que as chefes, embora tenham também, possivelmente, afazeres domésticos, estão numa posição no domicílio que não lhes permite incertezas quanto aos seus rendimentos, o que as tornam menos disponíveis do que as cônjuges para uma atividade autônoma;
- 4) a variável de idade do filho mais novo demonstra que ter algum filho pequeno, em relação a não ter filhos, aumenta a probabilidade de ser conta-própria em 58%, enquanto que ter apenas filhos acima dos 6 anos aumenta essa probabilidade em 47%. Assim, há uma pequena diferença entre as duas situações, o que indica que a maternidade, mais do que a idade dos filhos, têm impacto positivo sobre a chance de ser conta-própria;
- 5) a idade do primeiro trabalho tem uma relação negativa com a probabilidade de ser conta-própria, o que significa que quanto mais tarde se entrou no mercado menor é a probabilidade de estar nessa posição. Embora esse resultado surpreenda, já que se esperava que entradas mais tardias fossem mais prováveis de ocorrer na posição conta-própria (vide estrutura ocupacional por idade), isso parece indicar que o crescimento da importância relativa das conta-própria com a idade deve-se menos a entradas tardias preferencialmente como autônoma do que a transições efetuadas de outras posições para esta, que se tornam mais intensas com a idade;
- 6) finalmente, ter afazeres domésticos, como se esperava, aumenta fortemente (mais do que dobra) a probabilidade de ser conta-própria.

O Quadro 2 apresenta a saída do outro ajuste de regressão logística, que modela a probabilidade de uma empregada não ter carteira de trabalho. Como se constata, os resultados, neste caso, são bastante diferentes. Em primeiro lugar, as variáveis de posição no domicílio (para as cônjuges) e de afazeres domésticos deixam de ser significativas, enquanto que a de idade do filho mais novo, conquanto permaneça significativa, tem seu impacto muito reduzido. Essa mudança faz muito sentido, uma vez que a situação de não possuir uma carteira de trabalho, ao contrário da de conta-própria, expressa mais uma restrição do mercado de trabalho do que uma opção pessoal, já que a empregada sem carteira é também uma assalariada, não contando, portanto, nem com as vantagens de ser autônoma, nem tampouco com a proteção do vínculo legal de trabalho. Assim, entre o universo das assalariadas, as contingências domésticas e a eventual preferência pelo tipo de vínculo de trabalho não devem afetar a posse da carteira. Por outro lado, ser filha, em relação a ser chefe do domicílio, aumenta em 30% a probabilidade de ser sem carteira, o que também sugere que um menor compromisso com a renda do domicílio permite a aceitação de um vínculo de trabalho não-formal. As demais variáveis, todas significantes no modelo, podem ser interpretadas como a seguir:

Quadro 2

ESTIMATIVAS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA
PARA A PROBABILIDADE
DE SER EMPREGADA SEM CARTEIRA ASSINADA,
ENTRE MULHERES OCUPADAS
EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS
BRASIL - 1995

	β	EP (β)	p-value	ODDS RATIO
INTERCEPTO	1.8434	.1103	.0000	
COR = não-branca	.2779	.0289	.0000	1.3204
IDADE	-.0242	.0019	.0000	.9761
ANESTUDO	-.1777	.0042	.0000	.8372
POSDOM (chefe)			.0000	
POSDOM = cônjuge	.0002	.0398	.9958	1.0002
POSDOM = filha	.2556	.0584	.0000	1.2912
AFAZERES = sim	.0660	.0557	.2354	1.0683
IDADTRAB	-.0180	.0030	.0000	.9822
IDFIL7 = não tem			.0021	
IDFIL7 = 0-6 anos	.1797	.0522	.0006	1.1968
IDFIL7 = 7 e + anos	.1489	.0536	.0055	1.1606

Fonte: PNAD - 1995.

- 1) a idade, como se esperava, indica que quanto mais velha – ou com mais experiência – é a mulher, menor é a probabilidade de ser uma empregada sem carteira (ver estrutura ocupacional por idade);
- 2) os anos de estudo têm uma relação negativa com a informalidade, no sentido de que cada ano acrescido em escolarização diminui 16% a probabilidade de uma empregada não possuir carteira de trabalho;
- 3) a variável da idade em que se começou a trabalhar indica que cada ano acrescentado à idade de entrada no mercado de trabalho, diminui 2% a probabilidade de ser uma empregada sem carteira, o que significa que a posse de carteira se associa a entradas mais tardias, presumivelmente em melhores condições de escolha;
- 4) finalmente, a cor, não discernível no modelo anterior, passa a ter significância, com a probabilidade de não ter carteira sendo 30% superior para as não-brancas em relação às brancas. Desse modo, as variáveis de atributos pessoais, em conjunto, indicam que a posse de carteira de trabalho, entre as assalariadas, denota um privilégio das mulheres melhor posicionadas no mercado.

Finalmente, o modelo para a determinação da probabilidade de uma doméstica não ter carteira assinada, apresentado no Quadro 3, mostra que a posse de carteira nessa posição é essencialmente diferente da dos outros tipos de trabalho assalariado. Neste modelo, comparativamente ao anterior, as variáveis relativas à cor e à idade com que a mulher começou a trabalhar deixam de ter significância, e, ao mesmo tempo, a idade da mulher e os anos de estudo, embora ainda significantes, passam a ter um impacto bem menos pronunciado na probabilidade de não ter carteira. Por outro lado, quanto à posição no domicílio, ser filha passa a ter maior influência do que no modelo anterior, mais do que duplicando a chance deste tipo de mulher não ter carteira assinada em comparação às mulheres chefes de domicílio. A variável de idade do filho mais novo, também passa a ser mais relevante, aumentando a probabilidade de ser sem carteira nos dois casos (filho até e acima de 7 anos de idade).

Quadro 3
ESTIMATIVAS DO MODELO
DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA A PROBABILIDADE
DE NÃO TER CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA
ENTRE MULHERES OCUPADAS COMO DOMÉSTICAS
BRASIL – 1995

	β	EP (β)	p-value	ODDS RATIO
INTERCEPTO	2.0472	.2536	.0000	
COR = não-branca	.0490	.0638	.4419	1.0502
IDADE	-.0161	.0037	.0000	.9841
ANESTUDO	-.0914	.0124	.0000	.9126
POSDOM (chefe)			.0000	
POSDOM = cônjuge	-.0741	.0798	.3528	.9286
POSDOM = filha	.7621	.1447	.0000	2.1428
AFAZERES = sim	.1540	.1352	.2548	1.1665
IDADTRAB	-.0071	.0059	.2345	.9930
IDFIL7 = não tem			.0002	
IDFIL7 = 0-6 anos	.4965	.1193	.0000	1.6430
IDFIL7 = 7 e + anos	.3469	.1163	.0028	1.4147

Fonte: PNAD – 1995.

Assim, no caso das domésticas, as variáveis de atributos pessoais, produtivos ou improdutivos, não são importantes para explicar a posse de carteira e apenas as variáveis relativas a ser filha ou ter filhos mantêm-se com algum poder explicativo. Evidentemente, este último modelo não é capaz de caracterizar adequadamente as diferenças entre as domésticas, provavelmente porque, neste caso, a posse de carteira decorre menos da heterogeneidade das trabalhadoras, e muito mais dos diferenciais entre os empregadores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da estrutura ocupacional feminina entre os anos de 1992 e 1995 mostrou a redução da participação das mulheres no emprego formal e o crescimento da importância relativa das demais formas de ocupação. Para a melhor compreensão da dinâmica dos mercados de trabalho femininos no Brasil, procurou-se distinguir quatro tipos de mudanças, quais sejam, as alterações na estrutura ocupacional ocorridas entre 1992 e 1995,

as mudanças na forma de inserção através do ciclo de vida, as mudanças no padrão de entrada no mercado de trabalho nos anos recentes e a evolução da estrutura setorial. Além disso, os diferenciais de rendimentos foram considerados de modo a qualificar a heterogeneidade das posições na ocupação.

Esses resultados revelaram de forma contundente as diferenças entre os mercados de conta-própria e sem carteira, posições que frequentemente são agrupadas indistintamente nas análises quanto ao setor informal no Brasil. Além das diferenças quanto aos perfis etários, os rendimentos percebidos e as horas trabalhadas, os modelos de regressão ajustados, na última seção, mostraram como as motivações usualmente citadas para a adoção de um trabalho informal por parte das mulheres são válidas para as conta-própria, mas não para as sem carteira. As variáveis que indicam maior comprometimento com as atividades domésticas se relacionam positivamente com a probabilidade de ser conta-própria, enquanto que são as variáveis que denotam situações pessoais menos favoráveis, as que determinam maiores probabilidades de ser uma empregada sem carteira. Por outro lado, quando se trata do mercado das trabalhadoras domésticas – dominado pela informalidade –, os atributos pessoais deixam de ser relevantes para explicar a posse da carteira.

Evidentemente, a informalização do mercado de trabalho no Brasil é um processo cujos determinantes vão muito além dos limites ditados pela oferta de trabalho. Entretanto, é possível verificar interrelações entre características pessoais e ocupacionais que apontam as prováveis “candidatas” aos postos de trabalho informais, o que ajuda a compreender as formas do crescimento da atividade feminina, num contexto de aumento da informalidade. No entanto, para verificar a hipótese, discutida na introdução deste trabalho, de interdependência entre o crescimento da participação feminina e ampliação do espaço para ocupações mais flexíveis, o próximo passo é determinar se as mulheres cujas características se associam às maiores probabilidades de informalização são as que têm apresentado maior crescimento relativo nos níveis de participação econômica. Todavia, este tipo de análise requer a distinção das formas alternativas do que se convencionou chamar de informalidade, tendo em vista a natureza essencialmente distinta dos mercados de trabalhadoras por conta-própria e sem carteira que se procurou demonstrar.

8 BIBLIOGRAFIA

- BRUSCHINI, C. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo : Editora LTr, 1995.
- , LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu, v. 1, p. 483-516, 1996.
- CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs.) *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- CAMARGO, J. M. Informalização e renda no mercado de trabalho. In: SEDLACEK, G. L., BARROS, R. P. (eds.) *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro : INPES/IPEA, 1989.
- COSTA, L. Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1990. *Anais...* v. 2, p. 231-243, 1990.
- LAVINAS, L., BARTED, L. Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu, v. 1, p. 547-558, 1996.
- PAIVA, P. T. A., A Conceituação e a enumeração da população economicamente ativa nos Censos Demográficos brasileiros. In: SILVA, L. (org.) *Censos, consensos e contra-sensos*. Ouro Preto; ABEP, p. 19-66, 1984.
- . Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil: 1950 a 2000. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 3, n. 1, 1986.
- PERO, V., URANI, A. Determinantes do excesso de mão-de-obra do setor formal do mercado de trabalho metropolitano. *Perspectivas da Economia Brasileira -1994*. Rio de Janeiro : IPEA, 1993.
- RIOS-NETO, E. L. G., WAJNMAN, S. Participação feminina na população economicamente ativa no Brasil: alternativas para projeções de níveis e padrões. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 24, n. 2, ago 1994.
- . RAMOS, L., WAJNMAN, S. *Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil*. Versão preliminar, 1993. mimeo.
- WAJNMAN, S. O padrão de mobilidade ocupacional de ciclo de vida masculino no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu, v. 1, p. 363-384, 1996.
- . *Tendências prospectivas de crescimento da população economicamente ativa no Brasil*. CEDEPLAR/UFMG. *Texto para discussão*. n. 111, fev 1997.